



## SÃO LUÍS PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE: que possibilidades um centro histórico revitalizado pode oferecer?

### SÃO LUÍS CULTURAL HERITAGE OF HUMANITY: what possibilities can a revitalized historic center offer?

Walter Rodrigues Marques (UFMA/UEMA/IFMA)  
[marqueswalter@outlook.com](mailto:marqueswalter@outlook.com)

Eixo 3 – Cidades, Patrimônio Cultural e Sociedade

#### RESUMO

A pesquisa pretende relacionar patrimônio, cidade e sociedade. O poder público tem se voltado para o centro de São Luís, revitalizando os espaços culturais e históricos, a muito abandonados, inclusive por esse poder. Marques (2010; 2015) observa que o poder público na figura de seus representantes tem buscado deixar sua marca na revitalização do centro de São Luís, a exemplo de João Castelo (Projeto Reviver), Patrimônio Cultural da Humanidade (família Sarney), mas pouco do prometido se efetivou. Em fins da gestão atual, a Prefeitura de São Luís tem se voltado para a revitalização, a muito esquecida. Seria mais do mesmo? A pesquisa objetiva comparar o passado e o presente do Centro Histórico de São Luís em termos histórico-culturais e quanto ao olhar do poder público, buscando cartografar a dinâmica de revitalização, como das Praças Deodoro e Pantheon e as atividades turístico-culturais promovidas pela Prefeitura como a Feirinha da Praça Benedito Leite. Faz-se uma crítica à gestão que esteve à frente da Prefeitura de São Luís desde 2013 e só agora acordou (*sic*) para essa e outras questões relacionadas à cidade – por que só agora? Com isso, discutir o potencial que o Centro Histórico pode oferecer como ganho turístico, reconhecimento como legado cultural, preservação da memória, por meio da revitalização.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural. Revitalização. Memória. Turismo.

#### ABSTRACT

The research intends to relate heritage, city and society. The public authorities have turned to the center of São Luís, revitalizing the cultural and historical spaces, long abandoned, including by this power. Marques (2010; 2015) notes that the government in the form of its representatives has sought to leave its mark on the revitalization of the center of São Luís, following the example of João Castelo (Reviver Project), Cultural Heritage of Humanity (Sarney family), but little of the promised has come true. At the end of the current administration, the São Luís City Hall has turned to the long-forgotten revitalization. Would it be more of the same? The research aims to compare the past and the present of the Historical Center of São Luís in historical-cultural terms and in terms of the government's view, seeking to map the dynamics of revitalization, such as the Praças Deodoro and Pantheon and the tourist-cultural activities promoted by the City Hall like the Feirinha in Praça Benedito Leite. A criticism is made of the management that has been in charge of the São Luís City Hall since 2013 and has only just woken up (*sic*) to this and other issues related to the city - why only

now? With this, discuss the potential that the Historic Center can offer as a tourist gain, recognition as a cultural legacy, preservation of memory, through revitalization.

Keywords: Cultural heritage. Revitalization. Memory. Tourism.

## 1 Introdução

A preocupação com a preservação e conservação do Centro Histórico de São Luís do Maranhão tem rendido várias centenas de páginas que agrupam informações desde sua fundação até os dias atuais. Muitos repetem dados exatos, outros divergem sobre o mesmo dado. Alguns são mais didáticos, outros técnicos, mas cumprem a função de compilar dados e simplificá-los, atualizá-los, tornando de certa forma compreensível ao mundo de hoje. A relevância da escolha das fontes foi por considerar que retratam a cena maranhense por diferentes vieses, mas, relevantes para fundamentar esta pesquisa.

Pretende-se aqui tratar mais de inquietações acerca do olhar do autor sobre São Luís como uma cidade histórica que é carente de cuidados por parte do poder público e dos ludovicenses para com a arquitetura da cidade e o conjunto azulejar. A arquitetura é composta de estilos como neoclássico, neogótico, rococó, arte déco, tido por alguns autores como de estilos mistos. Não se pretende desconsiderar o que já foi dito e como foi dito sobre São Luís por outros autores, mas complementá-los.

Sobre o como a modernidade foi e está sendo danosa para o Centro Histórico de São Luís, preterindo seu valor histórico em detrimento de uma promessa do “novo” que não se efetiva, uma vez que as políticas públicas são escassas tanto para o acervo arquitetônico em termos de preservação como para as pessoas do entorno, as que ali moram, trabalham e também àquelas que a visitam.

García Canclini (2013) chama a atenção para as contradições porque passou a América Latina quanto ao processo de se modernizar, “modernismo sem modernização”. O autor diz que esta parte da América foi colonizada “pelas nações européias mais atrasadas”, que estavam submetidas “à Contra-Reforma e a outros movimentos antimodernos”, que só pôde iniciar sua atualização com a independência.

A produção material do homem ao longo do tempo é tida como cultura, os feitos são guardados na forma de memória para as gerações vindouras conhecerem seus ancestrais e seu legado. A cultura é uma herança que o homem do passado doa a seus descendentes, não apenas em recursos materiais, mas também em sua carga genética.

Embora o homem, por ocasião de seu nascimento, pareça nascer como uma *tábula rasa*, como postulou Aristóteles, vem com predisposição a chorar, rir, falar, adaptar-se, com dentes uniformes (não mais necessitando de presas pontiagudas, pois o alimento já é preparado sem que seja preciso rasgá-lo). Portanto, mesmo que a sociedade venha a cultivar a modernidade, não pode esquecer que tem um passado e, quando este passado está em forma de cultura material, é preciso preservá-lo, uma vez que faz parte da história de seu povo.

A cidade de São Luís, sobretudo, seu Centro Histórico, passa por uma triste história de abandono e descaso tanto pelo poder público quanto por proprietários e também por parte da população que depreda o “Patrimônio” que outrora a ele – o povo – fora deixado.

## **2 Patrimônio cultural e políticas públicas de revitalização, preservação e conservação**

O Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”, quando se refere a diagnóstico, desafio, política pública, proteção, promoção, do patrimônio artístico e cultural explicita que:

A preservação do patrimônio material e imaterial brasileiro representa um dos pontos centrais de atuação das políticas culturais. Na base dessa atuação está uma noção de patrimônio que busca contemplar, atualizar e valorizar a percepção histórica e artística da diversidade cultural, étnica e social do país, bem como seus documentos arqueológicos e etnológicos.

Atualmente, entre os desafios para o campo do patrimônio, figuram o estreitamento dos laços entre reconhecimento, tombamento e salvaguarda do patrimônio material e as formulações desenvolvidas no campo da economia da cultura, além da ampliação de seu conceito em direção aos bens intangíveis. (BRASIL, 2008, p. 33; 44-45).

Na tentativa de buscar definições e conceituações para patrimônio, o que também suscita a criação de instituições para a salvaguarda dos objetos reclamados por essa noção de patrimônio, sejam materiais ou imateriais, Girão (2001, p. 107) aponta que:

A noção de Patrimônio e a institucionalização de ações para a sua salvaguarda surgiram e se desenvolveram, nos estados modernos, para contrabalançar essa tendência, firmando-se como resposta à busca de valores permanentes em vista daquele quadro de transitoriedade. “Acentuava-se, então, a polaridade entre a vontade de preservar – deixando transparecer a aspiração de autoconhecimento cultural e de imortalidade mediante a apropriação da permanência das obras de arte – e a vontade de superar o passado, descartando-o para criar novos produtos de pouca duração.

O poder público do Maranhão buscou, ao longo do século XX, estabelecer políticas de preservação de seu patrimônio cultural seguindo as linhas mestras das ações do governo federal, como aponta Cutrim (2015, p. 54):

As intervenções que aconteceram em São Luís, por parte do GOVERNO FEDERAL, iniciam-se logo depois da entrada em vigor da legislação do Tombamento, a Lei nº25 de 1937. Inicialmente houve tombamentos individuais e posteriormente em conjunto. Em 1979 iniciou-se de fato, a nível estadual, a implementação de medidas preservacionistas. O governo de João Castelo (1979 – 1982). I Encontro Nacional da Praia Grande, de 1979, tinha como objetivo: Preservação do Patrimônio Arquitetônico; Dinamização socioeconômica.

E dentre as políticas diretivas para a gestão do patrimônio público destaca-se:

Preservar o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural que determinem as diferentes expectativas em relação à sua área;  
Integrar o projeto no âmbito do centro histórico da cidade como um todo;  
Desencorajar a especulação imobiliária;  
Incentivar atividades turísticas de pequeno e médio porte;  
Integrar as atividades turísticas numa estratégia estadual; (CUTRIM, 2015, p. 55)

Mas, “Em 1981, foi lançado oficialmente o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís” (CUTRIM, 2015, p. 56). João Castelo, no último ano de sua gestão no governo estadual, oficializa seu programa de revitalização e preservação. Campanha eleitoral?

E, somente no século XXI é que a Prefeitura abraça a questão da preservação e revitalização do patrimônio público. Conforme destaca Cutrim (2015, p. 58), “Em meados dos anos 2000, gradualmente a preservação do Centro Histórico foi sendo assumida pelo âmbito municipal [...]”. A autora destaca as políticas de orientação da Prefeitura de São Luís, intituladas: “POLÍTICAS DE ORIENTAÇÃO DO PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS”. Dentre as orientações desse Programa, duas são de interesse desse artigo:

2.1 - Proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do Centro Histórico.  
2.4 - Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-se à dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social (SÃO LUÍS, 1992 apud CUTRIM, 2015, p. 59).

Embora as políticas de orientação da Prefeitura de São Luís tenham se iniciado em 2000, o governo federal já em 1937 por meio da Lei n. 25, inicia o processo de revitalização e preservação do patrimônio cultural nacional e o governo estadual inicia na gestão (1979-

1982) de João Castelo (CUTRIM, 2015). Dez anos depois que a Prefeitura de São Luís orienta políticas de revitalização, preservação e conservação; trinta e um anos depois do plano estadual; e, setenta e três anos da política do governo federal (Lei n. 25 de 1937), Marques et al (2010) observa que pouco se fez durante esse período para revitalizar, preservar e conservar o Centro Histórico de São Luís. Conforme figuras abaixo é possível inferir visualmente que pouco adiantou tais normatizações, regulações, políticas de orientação.

**Figura 1** - Casarão do Centro Histórico de São Luís



Fonte: Potfólio do autor

Marques realizou em 2010, duas exposições fotográficas (uma em São Luís - X ENCONTRO HUMANÍSTICO e outra em Ouro Preto-MG - XIV ENEARTE UFOP) retratando o descaso com o Centro Histórico de São Luís intituladas: *RUÍNAS: Patrimônio Cultural da Humanidade – o acervo arquitetônico e o descaso com a memória de um povo*. Em 2015, Marques retoma o tema no (XXV CONFAEB) com o artigo: *PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: Centro Histórico de São Luís do Maranhão*, discutindo essas políticas e ações governamentais, a tentativa de marca de personalidade dos governantes sobre o Centro Histórico.

**Figura 2** - Casarão do Centro Histórico de São Luís



Fonte: Portfólio do autor

O descaso para com o Centro Histórico de São Luís tem sido tema recorrente. Silva (2009) discutiu as políticas públicas a partir das etapas de intervenção, destacando esses papéis e personalidade dos governantes. Isso foi retomado por Marques (2010; 2015) assim como (CUTRIM; COSTA; OLIVEIRA, 2017).

O Centro Histórico de São Luís é uma área de muito valor arquitetônico, paisagístico, histórico e cultura. Mesmo com todo esse valor, a região passou por um longo período de abandono não só por parte do governo que não executava ações de melhoria para o espaço, mas também pela população que não encontrava motivações para frequentá-lo em decorrência de seu mau estado de conservação. Esse estado de abandono por parte do governo se estendeu até o ano de 1974 quando o então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), reconhecendo o valor daquela área, resolveu tomar o Centro Histórico de São Luís. Depois dessa ação do governo federal, os governos municipal e estadual passaram a voltar seus olhares para aquela região, e a partir de então começaram a pensar em ações de proteção e revitalização para o Centro Histórico da capital maranhense. Assim, a necessidade de preservar e revitalizar surge no momento em que a população e os visitantes passam a se afastar do centro histórico de São Luís por causa das más condições do local. (CUTRIM; COSTA; OLIVEIRA, 2017, p. 350).

Ao que parece, a relação entre campanhas eleitorais e a revitalização do patrimônio histórico de São Luís andam de mãos dadas (pelo menos em época de eleição), pois as campanhas de revitalização e cuidados com as pessoas e a cidade só afloram em períodos eleitorais. Foi assim com João Castelo em 1981 (quando foi governador do Estado do Maranhão), em 2009 (quando foi prefeito de São Luís) e na campanha para uma segunda gestão com o VLT (Veículo leve sobre trilhos). A gestão sucessora está no segundo mandato e só agora lembrou que São Luís tem ruas a serem asfaltadas, buracos a serem tapados, que o

Centro Histórico de São Luís é Patrimônio Cultural da Humanidade e que precisa ser revitalizado. A foto abaixo ilustra a presença da Prefeitura de São Luís na cidade.

**Figura 3** – Proximidades da Feira da Cidade Operária



Fonte: Portfólio do autor

### 3 Prefeitura de São Luís, desde 2013 e só agora?

Retoma-se a discussão sobre o fato de os governos sempre buscaram, a partir do contexto político, uma promoção pessoal, sempre preterindo o que o governante anterior fez, pois, a marca pessoal é mais relevante do que o bem-estar social. Alguns governos retiram do espaço público obras de arte e colocam seus *slogans*, mesmo que em forma de escultura, mas não tem representação artística e sim política.

Então, cada governante busca sua promoção pessoal e as políticas públicas voltadas para o bem comum, para o cuidado com a cidade e com a memória coletivo fica em segundo plano. Silva (2009) aponta a pessoalidade de cada governante em suas ações. Porém, não se sente uma continuidade do trabalho, mesmo quando há uma política pública voltada para um objeto específico como é o caso do Centro Histórico. As ações não são continuadas porque não será agregado valor simbólico àquela figura que sucedeu a anterior.

A gestão atual está em seu segundo mandato e pouco fez pelo município em sete anos. Contudo, em fins de 2019, iniciou uma verdadeira força-tarefa de recapeamento de São Luís, a muito esquecida. Para todos os lados se pode ver as placas SÃO LUÍS EM OBRAS e isso não era possível de ser visto até o primeiro semestre de 2019. Será que é porque 2020 é ano de eleição? Pelas análises das ações tanto dessa gestão como de outras, parece que sim, é eleitoreiro.

#### 4 Revitalização da Deodoro Feira Potencial do revitalizado

O projeto moderno ou de modernização, poderia ser benéfico para a cidade, se esta tivesse dirigentes sérios, empenhados no bem comum e não em promoção pessoal, onde os poucos feitos do anterior não é continuado pelo sucessor. Esta é uma forma de política que não deve ser mais praticada no mundo contemporâneo e São Luís só tem a perder com esse tipo de atitude – a personalidade.

A hegemonia oligárquica se apóia em divisões da sociedade que limitam sua expansão moderna, “opõe-se ao desenvolvimento orgânico do Estado suas próprias limitações constitutivas [...] Modernização com expansão restrita do mercado, democratização para minorias, renovação das idéias mas com baixa eficácia nos processos sociais. Os desajustes entre modernismo e modernização são úteis às classes dominantes para preservar sua hegemonia, e às vezes para não ter que se preocupar em justificá-la, para ser simplesmente classes dominantes (GARCÍA CANCLINI, 2013, p. 69).

Embora García Canclini não esteja fazendo referência à questão patrimonial diretamente, mas pelo fato de abordar o processo de modernização da América Latina, inclusive, intelectual, é pertinente nessa discussão por está incluso aqui questões de personalidade dos dirigentes, o que só se sustenta quando a massa é leiga. É visível no tocante às ações dos políticos brasileiros e maranhenses, a atribuição pessoal ao feito, quando na realidade, o fez enquanto presidente, governador, prefeito, etc., que é a obrigação de realizar, pois que o posto requer que trabalhe pela sociedade que o elegeu. Abaixo foto da revitalização do espaço que compreende as Praças Deodoro e Pantheon

**Figura 4** – Praça Deodoro revitalizada



Fonte: [https://centraldenoticias.radio.br/wp-content/uploads/2018/07/21658\\_\\_rod6474-1024x683.jpg](https://centraldenoticias.radio.br/wp-content/uploads/2018/07/21658__rod6474-1024x683.jpg)

Outra ação que a Prefeitura de São Luís tem promovido é a Feirinha da Praça Benedito Leite, uma atividade que movimentava a cultura local como artesanato e a produção de alimentos de pequenos produtores, conforme figura abaixo.

**Figura 5** - Feirinha de São Luís



Fonte: <https://portalgua.com/wp-content/uploads/2019/05/feirinha-de-slz-696x392.jpg>

Quem visita as cidades históricas do Estado de Minas Gerais, como Ouro Preto, Salvador, na Bahia ou outras cidades do restante do país, comprova que as cidades podem se sustentar do turismo histórico. São Luís é uma cidade que, além do turismo histórico oferece belezas naturais como praias, uma culinária peculiar, clima favorável.

Portanto, há potencial a ser desenvolvido em São Luís com a restauração e preservação do seu centro histórico, podendo explorar tais potencialidades, além de outras inerentes a esse pedaço do Brasil almejado por franceses, holandeses e portugueses nos tempos de outrora.

Com atitude política responsável, física e ambiental, é possível conciliar o velho e o novo para preservar a memória e construir um futuro como herança para os ludovicenses, além de contribuir para a construção do conhecimento da história da humanidade.

### **Considerações finais**

Quem escolhe dissertar sobre o passado da humanidade, seja ele de tempos imemoriais ou mais atual, o faz por uma certa quantidade de paixão. Onde não importa se a opinião é para denegrir ou exaltar, as palavras são sempre carregadas de subjetividade, marcas pessoais, interesse pela resolução ou desenvoltura do fato tratado. “Como completou Mário de Andrade, “defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização” Girão (2001, p.

114). Com isso, é possível deduzir que Mário de Andrade querendo dizer que, se não defendermos e preservarmos o patrimônio, o que ficaria para as gerações vindouras aprenderem, ou, o que seria possível ensinar, uma vez que não haveria o que se falar, se não há patrimônio ou história concreta.

As políticas públicas para o Centro Histórico de São Luís apresentam intrínseca relação com os políticos da situação, salvo o caso de João Castelo que, quando governador, segundo a documentação consultada, não levantou bandeira de salvador da cidade antiga.

O material consultado dá ênfase nos políticos na cena do patrimônio, nas políticas públicas para a conservação desse patrimônio, a invenção da cidade como “cidade histórica”, além das conceituações e definições de patrimônio.

Os resultados encontrados na pesquisa bibliográfica corroboraram a hipótese de que, o Centro Histórico de São Luís é carente de políticas públicas efetivas, de um trabalho sério e responsável no que concerne à condução dos trabalhos de recuperação de forma despersonalizada, ou seja, quando os governantes deveriam trabalhar em prol da cidade em vez da promoção pessoal.

Verificou-se que a condução das políticas públicas voltadas para o Centro Histórico sempre teve um governador que se autopromoveu em nome da restauração da cidade antiga de São Luís. A cidade de São Luís não é uma, mas duas. O ano de 1965 marca a divisão da cidade, ano em que foi construída a Ponte José Sarney (Ponte São Francisco). É o começo do fim, da São Luís antiga. As famílias começaram a migrar para o outro lado. Então, as moradias começaram a ficar vazias e cederam a parte do térreo ao comércio. Os idosos, apegados ao local, ficavam. Os descentes atravessavam a ponte.

Até os dias atuais, algumas edificações permanecem divididas em moradia e comércio. Outras foram abandonadas por seus proprietários e o mais grave – os prédios tombados pelo Estado, pelo IPHAN, pela UNESCO - do Centro Histórico de São Luís foram abandonados por estes, pelos proprietários. Estes, [proprietários] estão deixando os prédios caírem para utilizá-los como estacionamento – prática bastante recorrente e visível a olho nu para quem quiser ver.

O presente trabalho apresenta caráter documental, embora não fosse a intenção inicial, haja vista a impossibilidade de escapar às referências ao Centro Histórico de São Luís e sua re-criação enquanto projeto. Fica evidente a preocupação dos governadores em tornar pessoal as lutas pela criação, revitalização, da cidade histórica, além da titulação.

## Referências

CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes; COSTA, Sarany Rodrigues da; OLIVEIRA, Walline Alves. VALORIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS – MA E NOVAS MANEIRAS DE CONSUMO DA MÚSICA: um olhar sobre o festival BR 135. In: **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)** São Luís - Vol. 3 - Número Especial jul./dez. 2017.

CUTRIM, Klautenys Dellene. Guedes. Sujeito, espaço e tempo no programa de revitalização do Centro Histórico de São Luís-MA. In: **Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)**, São Luís, v. 1, n. 1, p. 53-64, jul./dez. 2015.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. 6. reimp. São Paulo: Edusp, 2013.

GIRÃO, Cláudia. Arte e Patrimônio. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, nº 29/2001. Olhar o Brasil, (org.) Sebastião Uchoa Leite.

MARQUES, Walter Rodrigues et al. “RUÍNAS: Patrimônio Cultural da Humanidade – o acervo arquitetônico e o descaso com a memória de um povo”. In: **XIV ENEARTE ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARTE**, 2010, Ouro Preto: UFOP, 2010.

MARQUES, Walter Rodrigues et al. “RUÍNAS: Patrimônio Cultural da Humanidade – o acervo arquitetônico e o descaso com a memória de um povo”. In: **X ENCONTRO HUMANÍSTICO**, 2010, São Luís, **Resumos...** São Luís: UFMA, 2010, p. 366.

MARQUES, Walter Rodrigues. PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: Centro Histórico de São Luís do Maranhão. In: Políticas Públicas e Ensino das Artes: formação em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro **XXV Congresso Nacional da Federação dos Arte/Educadores do Brasil III Congresso Internacional da Federação dos Arte/Educadores** José Maximiano Arruda Ximenes de Lima; Maria de Lourdes Macena de Souza (Org.) Ed.: Proaudio Gravação e Produção de discos Ltda – SAC. FAEB/CLEA/DEARTES/IFCE, 2015. ISSN: 2358-7423 (CD-ROOM) ISSN: 2525-880X (Anais CONFAEB – Online) Disponível em:< <http://faeb.com.br/admin/shared/midias/1510197912.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2020.

SILVA, J. R.C. Políticas Públicas no Centro Histórico de São Luís: as etapas do processo de intervenções urbanísticas. In.: **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, IV., 2009. São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2009. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/5\\_estadoidentidade/politicaspUBLICAS-no-centro-historico-de-sao-luis-as-etapas-do--processo-de-intervencoesurbani.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/5_estadoidentidade/politicaspUBLICAS-no-centro-historico-de-sao-luis-as-etapas-do--processo-de-intervencoesurbani.pdf). Acesso em: 28 ago. 2015.